

Resumo de Notícias

16/05/2016 - Sinttel-ES

TIM não quer pagar 2ª parcela do PPR, mesmo com lucro de R\$ 2,07 Bi em 2015



Os/as empregados/as da Tim estão na iminência de ficar sem o pagamento da segunda parcela do Programa de Participação nos Resultados (PPR/2015). Eles receberam um adiantamento de 1,5 salários, em dezembro do ano passado. Porém, a empresa já devia ter pago a segunda parcela, pois os resultados divulgados são de que houve um lucro de R\$ 2,07 bilhões. Entretanto, a Tim alega que as metas estabelecidas dentro do Programa (PPR) não foram atingidas. Por outro lado, os diretores e gestores já receberam a sua parte (MBO). Afinal, a empresa está falando a verdade para os seus empregados/as ou está mentindo para o mercado?

A Federação do trabalhadores em Telecomunicações (FENATTEL) deve solicitar auditoria nos resultados da empresa, pois é inaceitável que até dezembro/15 tudo ia bem e agora não vai mais. Além disso quer conversar diretamente com o presidente da empresa, Rodrigo Modesto de Abreu.

É a velha atitude de não conversar para manipular e não responder

A Tim não tem levado a sério as negociações salariais e de benefícios com os sindicatos/Fenattel. Em todas as reuniões, os prepostos (RH) que aparecem para discutir as reivindicações não tem autonomia

para decidir. A diretoria não se manifesta, deixando todos os empregados em completa insegurança.

Além do possível Calote no PRR, tem também o reajuste dos salários acima de R\$ 4.000,00. Houve um abono na data-base e foi firmado um compromisso de atualizar esses salários em abril/16, para que ao final da vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) esses empregados não fossem penalizados. Agora, a empresa também quer aplicar o chamado "passa moleque" em todos e não fazer essa atualização. Para se ter uma ideia, se ela aplicar 1% de aumento nos salários dessa faixa, o empregado ira demorar dez anos para recompor a perda de 2015. Isso é concentrar renda, retirando de quem trabalha e transferir aos acionistas.

Espertamente, ela maquia informações e argumenta que seria pior se os/as empregados/as tivessem que devolver o dinheiro recebido.

Curiosamente o site "Infomoney" que mostra resultados aos acionistas no IBOVSPA, publicou: TIM lucra R\$ 2,07 bi em 2015.

Ora, a TIM Brasil tem de explicar já: ela mente ao mercado ou está mentindo aos empregados?

Matéria infomoney

A TIM Participações divulgou os resultados do quarto trimestre e de 2015. A companhia fechou o ano com um lucro de R\$ 2,07 bilhões, 33,9% acima do ano anterior; nos últimos três meses do ano, a alta do lucro foi de 3,3%, somando R\$ 475,58 mil.

O Ebitda recorrente (excluindo a venda de torres) teve queda anual de 2,6% em 2015 (para R\$ 6,06 bilhões) e de 4,5% (para R\$ 1,514 bilhão) no quarto trimestre principalmente devido a um ambiente macroeconômico mais difícil, impacto do corte da VU-M e migração de serviços de voz para dados, informou a companhia. A receita líquida somou R\$ 4,12 bilhões no quarto trimestre, ante estimativa de R\$ 4,26 bilhões.



Resumo de Notícias

17/05/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O golpismo nas (tele)comunicações

O governo usurpador de Temer já está pagando a conta para dois dos setores que apoiaram o golpe: as grandes operadoras de telecomunicações e a Rede Globo. Uma das primeiras medidas foi acabar com um ministério estratégico, o das Comunicações, incorporando-o ao da Ciência e Tecnologia e criando um Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações cujas consequências serão gravíssimas.

Todos sabemos a importância de democratizar as comunicações em nosso país. E isso ficou ainda mais claro durante o processo de afastamento de uma presidenta eleita por mais de 54 milhões de votos, sem que tenha cometido qualquer crime.

Na contramão do que ocorre em todo o mundo, as telecomunicações passam a ter um papel secundário. Com a mudança, acaba qualquer discussão sobre a essencialidade da banda larga e o único caminho para a sua universalização: o regime público, com metas de universalização, qualidade e tarifas condizentes com a condição de pagamento da maior parte da população. Os contratos de concessão serão esvaziados ou extintos e não haverá, portanto, bens reversíveis. As concessionárias receberão de mãos beijadas cerca de R\$ 100 bilhões. Dinheiro público entregue ao setor privado, sem nenhuma contrapartida.

E a Telebras? As concessionárias, que sempre foram contra a sua recriação, estão festejando, pois têm como certa a extinção da operadora estatal. Desde a recriação da Telebras o preço do megabit por segundo foi reduzido significativamente, caindo a menos da metade em todos os estados e municípios onde a

rede estatal foi implantada. E a política de conectar 30 mil escolas urbanas e rurais, beneficiando cerca de 20 milhões de estudantes até 2019, meta estabelecida pelo governo deposto? E o projeto Cabo Submarino Brasil-Europa? E o satélite? Tudo está passível de retrocesso.

É importante destacar que os números da economia brasileira, no dia do afastamento da legítima presidente, Dilma Rousseff, mostravam que as reservas internacionais líquidas do Brasil são de 375,2 bilhões de dólares – em 2002 eram de 16 bilhões de dólares. A dívida líquida é de 36,9% do PIB (era de 60,45% em 2002). O Brasil tem o 7º maior PIB do mundo – era o 13º em 2002. O salário mínimo é de R\$ 880, equivalente a 250 dólares – era de 55 dólares em 2002.

Estes números deixam claro que o país avançou muito nos últimos 13 anos. O grande risco é o que farão com as reservas internacionais e a política de valorização do salário mínimo. Para nós, não há dúvidas. As reservas serão dilapidadas e o aumento real do mínimo chegará ao fim.

Nós, do Instituto Telecom, sabemos que é impossível dissociar uma política mais geral da política para o setor de (tele)comunicações. Não temos nenhuma ilusão com este governo golpista. Vivemos a privatização do setor de telecomunicações, realizada pelos mesmos setores que tomaram de assalto o governo Dilma. Por isso, sabemos que não se negocia com um governo deste tipo. Estamos na resistência.



Resumo de Notícias

16/05/2016 - Telesíntese

Extinção do Minicom revela fragilidade política do setor

Apesar de sua importância econômica na implantação da infraestrutura vital para a economia do conhecimento e dos serviços de comunicações prestados, o setor não tem prestígio político correspondente ao seu peso econômico. Sua imagem está contaminada pelas críticas da população à qualidade dos serviços, pelo volume de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, fruto da falta de interlocução adequada com a sociedade.



Mesmo respondendo por 4% do PIB, pela infraestrutura mais importante para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e por uma fatia muito relevante da arrecadação de impostos e taxas – foram R\$ 59,8 bilhões em 2015, dos quais R\$ 34,4 bilhões só de ICMS para os estados –, o setor de telecom não foi ouvido na reforma ministerial do governo interino de Michel Temer. O Ministério das Comunicações foi extinto em uma canetada, e suas atividades serão absorvidas, após um período de transição, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que, a partir do dia 12 de maio, incorporou Comunicações no nome.

Isso mostra a irrelevância política do setor de telecom, especialmente das operadoras, que em seu conjunto registrou um faturamento bruto de R\$ 233,7 bilhões em 2015. Contribui para sua falta

de representatividade junto às forças políticas e ao Congresso a péssima imagem dos serviços prestados pelas operadoras aos olhos da população e mesmo dos formadores de opinião. Sempre no topo do ranking de reclamações registradas pelas entidades de defesa do consumidor, as operadoras, apesar dos investimentos feitos em sistemas de relacionamento, até hoje não conseguiram reverter essa curva. Essa imagem negativa contamina toda a atuação do setor, reduz seu peso econômico e político – ele é o maior contribuinte de ICMS nos estados menores e mais pobres – e o coloca quase na marginalidade.

Em princípio, uma fusão ou incorporação de estruturas executivas não é necessariamente ruim. Entidades como a Abinee, que representa a indústria eletroeletrônica, e a Abert, que reúne os radiodifusores, receberam bem a mudança. Para elas, a junção não vai trazer prejuízos às políticas setoriais. No caso da Abert, desde que toda a parte cartorial das concessões e autorizações da radiodifusão seja transferida para a Anatel. Já as entidades que lutam pela democratização dos meios de comunicação são totalmente contrárias – mas se a reforma do modelo de comunicação social e de massa não foi feita em 13 anos de governos petistas, muito menos será em um governo muitíssimo mais conservador. A entidade das operadoras ainda não se manifestou. Sem falar oficialmente, alguns executivos minimizam os riscos de extinção do Ministério das Comunicações, desde que a contrapartida seja o fortalecimento da Anatel.



Resumo de Notícias

A fusão, resultado muito mais de uma decisão política de atender às pressões dos movimentos favoráveis ao impeachment e ao empresariado que pregam uma redução do Estado, embute uma série de riscos. O primeiro é o setor de telecom ser engolido na estrutura do MCTIC, muito maior e mais complexa, que atende a uma comunidade, a de ciência e tecnologia, muito mais organizada e reivindicativa. São quatro secretarias, 13 unidades de pesquisa, duas autarquias, uma fundação, quatro empresas vinculadas. O antigo Minicom tinha duas secretarias (de Telecomunicações e Comunicação Eletrônica), duas empresas (Correios e Telebras) e um fundo de pesquisa (Funttel) contra quatro fundos do antigo MCTI.

Como a MP que definiu a nova estrutura de governo estabeleceu no inciso IV do artigo 29 que o novo MCTIC poderá ter até cinco secretarias, a dúvida é se as duas secretarias do setor serão fun-

didadas em uma, embora sejam dois segmentos com quase nenhuma sinergia, ou, se quem perderá uma secretaria será a estrutura da ciência e tecnologia. Nesse caso, tudo indica, até pelo perfil do novo ministro, que a candidata à extinção é a Secretaria de Inclusão Social.

Se a radiodifusão poderá sobreviver na nova estrutura, pois tem enorme poder de pressão por meio de seus grupos de mídia e certamente conseguirá ter sua reivindicação atendida, o setor de telecom corre o risco de ver sua representatividade ainda mais reduzida. A não ser que consiga organizar melhor sua base de pressão e azeitar seus canais de relacionamento. Para isso, conta com um dado positivo: o ministro Gilberto Kassab, quando presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados, relacionou-se bem com os temas da área.

17/05/2016 - Telesíntese

Temer exonera presidente da EBC

Ricardo Melo, nomeado pela presidenta afastada Dilma Rousseff, estava no início de seu mandato.



O presidente interino Michel Temer exonera o jornalista Ricardo Melo do cargo de diretor-presidente da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação S.A.), responsável pelos canais públicos de rádio e TV. Melo foi

nomeado diretor-presidente pela presidente afastada Dilma Rousseff no dia 3 de maio, nove dias antes de seu afastamento, com base na lei que criou a EBC.

Por considerar a exoneração ilegal, o jornalista vai recorrer à Justiça. A lei estabelece um mandato de quatro anos para o diretor-presidente da empresa, justamente para não coincidir com o mandato de Presidente da República, o que garantiria a independência dos canais públicos, como, aliás, ocorre em outros países.

Seu advogado, Marco Aurélio de Carvalho, diz que o ato de Temer fere a lei e "traduz o espírito autoritário e anti-democrático com o qual o governo interino pretende se guiar. É uma decisão inoportuna e indiscutivelmente ilegal", declarou.



Resumo de Notícias

17/05/2016 - Rede Brasil Atual

Combate a paraísos fiscais passa pela 'desprivatização' do Estado

Livre circulação de dinheiro busca vantagens das taxas diminutas de impostos dos paraísos fiscais, sustentados por governos dos países desenvolvidos. "Isso precisa acabar", afirma diretora da Oxfam Brasil

A livre circulação do dinheiro no mundo é um bandeira dos "agentes de mercado", ou "operadores de mercado", que a grande mídia gosta de apoiar. "Fluxo mundial de capitais" é uma expressão associada à liberdade dos investidores, e a mídia adota esse termo como indicador da saúde financeira de uma economia. Mas a ideologia em favor do capital corre solta por baixo da ideia do fluxo livre de capitais: "Operações dessa natureza são executadas entre distintos países quase que em tempo real, isso é possível entre nações integradas no mercado financeiro internacional. Em minutos, vultosos negócios sucedem e inúmeros outros são abertos, e envolvem um volume gigantesco de capitais (dinheiro), sendo que as negociações movimentam no planeta em um único dia aproximadamente US\$ 1 trilhão", afirma um texto no site Mundo Educação.

O que falta explicar, no entanto, é que o fluxo de capitais é motivado em grande parte pelos paraísos fiscais – áreas criadas por diferentes governos no mundo, que cobram uma taxa mínima sobre os recursos das empresas, sustentando uma concorrência desleal com os países onde esses capitais foram produzidos. Frente à ausência de uma regulação internacional que cobre uma postura ética dos governos, os tais paraísos acabam por atrair capitais dos países onde foram produzidos e nesse processo se dá o milagre da multiplicação dos lucros, que o documentário Tax Free Tour (2013), da diretora holandesa Marije Meerman, aponta como "o movimento de converter dinheiro público, de impostos, em capital privado".

"Mas é o Estado que tem de intervir para evitar a quebra geral", afirma a diretora da Comitê de Oxford para Alívio da Fome (Oxfam Brasil), Katia Maia, observando que o livre fluxo de capitais, apesar de densamente defendido pelo "mercado", é um tanto quanto relativo. "Então, é livre até a hora que precisam de ajuda", diz Katia, lembrando das vezes em que os governos têm de

socorrer o setor financeiro para evitar a quebra geral. "Nós achamos que os paraísos fiscais precisam acabar e precisa ter uma regulamentação internacional que gere um processo de transparência e de regras comum a todos os países", afirma, em entrevista à RBA.

O tema voltou à baila nos últimos dias com o vazamento dos dados que ficou conhecido como Panamá Papers, um dos maiores escândalos mundiais, que permitiu o acesso a 11 milhões de documentos oficiais. Eles mostram como empresas e pessoas endinheiradas operam para se tornarem ainda mais ricos, e em muitos casos, devastar a capacidade de investimentos dos países mais pobres em programas sociais. A busca de vantagens dos impostos mais baixos nos paraísos fiscais permitiu que a Apple, que fabrica os desejados iPhones, pagasse apenas 1,9% de impostos, mostra o filme de Marije Meerman. Ou que a cadeia de supermercados Walmart se estabelecesse na Holanda para livrar sua operação mundial dos impostos, apesar de a cadeia não operar comercialmente na Holanda.

Katia estima que a perda de recursos dos países oscila em US 170 bilhões anuais. Já a indústria de paraísos fiscais, onde se estabelecem as empresas offshore, movimentam até US\$ 32 trilhões anualmente, segundo estimativa "conservadora" para 2010, apontada por um dos economistas entrevistados por Meerman em seu documentário. "Como não existem números claros, porque não há informações exatas dos recursos nos paraísos fiscais, é difícil falar qual é o valor exato", afirma Katia, sem discordar, no entanto, que por onde quer que se olhe esse tema, há sempre muito dinheiro em questão, quantias suficientes para atacar o problema da miséria no mundo.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/05/oxfam-combate-paraísos-fiscais-passa-por-desprivatizacao-do-estado-135.html>